

Unijuí e o seu fazer universitário:

Elementos para o Debate
a Partir da Autoavaliação

Maurício de Campos¹
Ligia Beatriz Bento Franz²
Ângela Patrícia Spilimbergo³

Resumo

Com base no relatório final de autoavaliação de 2006 da Comissão Própria de Avaliação (CPA), este trabalho objetiva apresentar alguns pontos relevantes sobre o ensino de Graduação, Pesquisa e Extensão na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Destacam-se aqui aspectos de legislação que regulamentam o funcionamento dessas três dimensões, bem como também a sua realidade atual, subsidiados principalmente pelos memoriais elaborados pelos departamentos da instituição.

Palavras-chave: Ensino de Graduação. Pesquisa. Extensão.

¹ Graduado em Engenharia Elétrica pela Unijuí, mestre em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e doutorando pela Universidade Federal de Campina Grande. É docente da Unijuí. campos@unijuí.edu.br

² Graduada em Nutrição pela Universidade Federal de Pelotas. Mestre e doutora em Saúde Pública pela FSP – USP. Docente do Departamento de Ciências da Saúde da Unijuí. ligiafra@unijui.edu.br

³ Graduada em Matemática pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestre em Matemática pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Professora Assistente da UNIJUÍ. patspi@unijui.edu.br

**UNIJUÍ – ACADEMICAL ACTIVITIES:
Elements to Debate Starting for the Self-Evaluation**

Abstract

Based in the final Own Evaluation Committee (CPA) reports of 2006, this work objective presents some relevant points on the graduation teaching, researches and extension programs in Regional University of the Northwest of the State of Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Highlighted here legislation aspects that regulate the operation of those three dimensions, and also your current reality, subsidized mainly by the memorial elaborated by the departments of the institution.

Keywords: Graduation teaching. Researches program. Extension program.

O ser humano, de um modo geral, aprende de diversas formas. A mais intuitiva e natural é a da observação, na qual em qualquer etapa da vida ele tenta reproduzir algo. Nesta abordagem empírica, o conhecimento não é momentaneamente retido na memória como uma reprodução, mas existe um processo de construção do conhecimento baseado na observação, no interesse e na curiosidade. Conforme apresentado por Piaget (apud Galvêas, 1999), existem duas formas de aprendizagem: a repetitiva, memorística ou mecânica e a significativa. Na aprendizagem repetitiva, o aluno se limita a memorizar sem saber para que serve o conhecimento. Na aprendizagem significativa o aluno enriquece o que já sabe (conhecimento prévio) com os novos conhecimentos, garantindo não só a continuidade da aprendizagem, mas permitindo ir galgando níveis superiores de conhecimento. Esse é o enfoque cognitivo-evolutivo, a ação pedagógica que visa a potencializar as linhas naturais do desenvolvimento cognitivo e afetivo. Assim, a pesquisa e a extensão inserem-se de maneira complementar, com profunda influência na formação de um acadêmico. As atividades complementares, de uma forma geral, que estão para além da formação de sala de aula, agem como fomentadoras da interdisciplinariedade e também como motivadoras para o desenvolvimento da capacidade de se trabalhar em grupo.

Conforme Souza (2001) a falta de imaginação presente no meio acadêmico vem sistematicamente formando especialistas em áreas estanques. Os acadêmicos e, posteriormente, os profissionais, sofrem dessa carência de visualizar respostas criativas para os problemas, e acabam optando quase sempre por soluções consagradas – clássicas – em detrimento do caminho da experimentação e da ousadia. Afirma-se que em uma cultura como a nossa, em que mudanças vertiginosas estão ocorrendo, mais importante que aprender a aprender é aprender a desaprender. Só que aprender a desaprender é bem mais difícil. Crenças, depois de estabelecidas, não podem ser mais apagadas, só enfraquecidas.

Segundo Oliveira e Amaral (2000) o pensamento abstrato pode surgir de estímulos captados por nossos órgãos sensoriais, de alguma lembrança e também do nada. Independe, entretanto, da origem do estímulo que gera o

pensamento abstrato, ele representa ideias ou sentimentos não dimensionáveis, desprovidos de forma, tamanho ou cor. Além disso, a habilidade que a mente tem de selecionar novas rotas ou novos meios para alcançar um determinado objetivo é algo que, certamente, tem a ver com o pensamento abstrato.

Assim, o processo de formação, na realidade, só é completo baseado no pensamento da indissociabilidade entre o Ensino-Pesquisa-Extensão, modelo de universidade defendido na UNIJUÍ.

A chamada excelência universitária só pode ser corroborada a partir da pesquisa, ainda mais em um país onde cerca de 90% dos avanços científicos são gerados dentro das universidades. O objetivo deste artigo é apresentar, de forma sucinta, um panorama da realidade atual do Ensino-Pesquisa-Extensão da UNIJUÍ, baseado nas informações coletadas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) ao longo de 2005 e 2006.⁴

Ensino

O ano de 2005 foi marcado por mudanças significativas na UNIJUÍ, sendo estas necessárias para adequações estruturais de uma instituição comunitária, pública e não estatal, que se localiza em uma região que gradativamente vem empobrecendo em função da dependência prioritária com a produção agrícola e da conjuntura que se apresenta na própria região, no país e também no mundo, de escassez de renda.

A concorrência com novas instituições de Ensino Superior, que não existiam na região está sendo cada vez maior. Esta nova concorrência muitas vezes é de forma desigual, com instituições que formam profissionais rapidamente e com custo muito inferior, em função de baixos investimentos em infraestrutura física, biblioteca e professores. Além destas instituições, existe uma política pública de expansão das universidades federais na forma de

⁴ A base do texto está no “memorial” elaborado pelos diversos departamentos durante o processo de autoavaliação.

núcleos ou cursos na modalidade de Educação a Distância. Todas estas novas possibilidades de acesso ao Ensino Superior fazem com que a UNIJIÚ repense seu projeto de expansão territorial, em número e forma de cursos de Graduação, na perspectiva de viabilidade financeira, mas, acima de tudo, na confiança de um trabalho sério e qualificado desenvolvido nestes mais de 40 anos de atuação na região. É acreditando nesta história que se torna necessário o processo de avaliação dos cursos de Graduação, sistemática sempre adotada na instituição.

O processo de discussão e reflexão, desencadeado em cada unidade da universidade, considerando a trajetória histórica de cada uma delas e, a nova conjuntura de oferta de cursos de Graduação, pode ser sistematizado a partir das questões levantadas no texto “A trajetória histórica do Departamento de Estudos Jurídicos da UNIJIÚ”, elaborado pelo professor Darcísio Corrêa, adscrito a este e que subsidiou a discussão no referido departamento:

Parece-nos que a grande lição que nossa trajetória departamental nos dá, em meio a contradições e conflitos, é a da vontade e da coragem de mudar, sem esmorecer na luta pela efetivação dos objetivos sonhados, mesmo afrontando condições estruturais adversas. Essa parece ser a grande marca da alternatividade que nos caracteriza, e que deve ser preservada intransigentemente: negar-se a ser conservador, a acomodar-se em cima de interesses menores. É preciso mudar o discurso? Mude-se. É necessário mudar a estrutura administrativa do Departamento? Mude-se. É conveniente rever e retomar o projeto político-pedagógico? Retome-se. Mesmo que o novo ainda não esteja de todo claro, questione-se e se modifique o velho naquilo que emperra avanços necessários. É esse o recado que a História nos dá (2005, anexo 4).

Na dinâmica institucional, de acordo com o artigo 24 do Estatuto da UNIJIÚ, “O ensino organiza-se em cursos, atendendo às diretrizes curriculares gerais estabelecidas pelo Ministério da Educação e da Cultura (MEC) e às diretrizes curriculares específicas da UNIJIÚ”. Já o artigo 33 do Regimento Geral da instituição define que “O ensino é organizado em programas, que assumem a forma de cursos, cujos componentes curriculares exigidos para obtenção de grau acadêmico, diploma profissional ou certificado, são minis-

trados sob a responsabilidade do Colegiado de Coordenação do Programa e do Colegiado do Departamento, e sob a coordenação da Vice-Reitoria de Graduação ou da Vice-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão”.

Ainda o artigo 23 do Estatuto da UNIJUÍ estabelece que “Os programas de ensino, pesquisa e extensão são vinculados a um ou mais Departamentos e coordenados por um Colegiado de Coordenação”. Em continuidade, este artigo, em seu parágrafo primeiro, afirma que “Cada curso ou programa comporta um único colegiado de coordenação que é composto, na sua maioria, por docentes eleitos pelo Departamento cuja área de especialização corresponde o campo principal de estudo, por docentes eleitos em outros departamentos e pela representação estudantil”. O mesmo Estatuto garante no artigo 29, Parágrafo Único – que “Os alunos têm representação, com direito a voz e voto, nos órgãos colegiados e nas comissões cuja constituição a preveja na forma de regulamentação específica estabelecida no Regimento Geral”. Quanto à composição, que está regulada pelo artigo 27 do Regimento Geral, “Os Colegiados de Coordenação dos Programas de Ensino de Graduação constituem-se de sete membros, incluída a representação estudantil”. Além disso, o Regimento Geral, em seu artigo 25, regulamenta as competências dos referidos Colegiados de Coordenações de cursos.

Dessa forma, é organizado o ensino de Graduação na UNIJUÍ, no qual o Colegiado de Coordenação de Curso é a instância de todas as discussões referentes ao curso (proposições, reavaliações contínuas, modificações, etc.). Vale salientar que a sistemática adotada, na maioria dos cursos, no processo de discussões, é o envolvimento de todo o grupo de professores que neles atuam que informalmente denomina-se de “Colegiado Ampliado”. Embora o poder decisório seja de responsabilidade do Colegiado de Coordenação, no “colegiado ampliado” as questões são discutidas de uma forma ampla, possibilitando, assim, com a presença do grupo de professores que atuam nos cursos, vislumbrar um leque maior de possibilidades para se atingir os objetivos a que os cursos se propõem nos seus respectivos Projetos Político-Pedagógicos (artigo 34 do Regimento Geral da UNIJUÍ).

Para cada curso criado pela Unijuí é elaborado projeto político-pedagógico, que especifica, entre outros elementos, as competências e habilidades desejadas, o perfil dos formandos, os conteúdos curriculares, as atividades acadêmicas, a carga horária do curso, as ementas e a distribuição das matérias, dos eixos temáticos, dos módulos, das disciplinas e das atividades complementares do respectivo currículo (Artigo 34, Regimento Geral da UNIJUÍ).

As propostas dos cursos são conduzidas com dinamicidade, via processos avaliativos e integrativos, buscando ajustes necessários ao processo de ensino-aprendizagem. Juntamente com as atividades de ensino desenvolvem-se atividades de pesquisa e extensão, as quais proporcionam permanente intercâmbio com a realidade e uma realimentação constante para os professores sobre sua prática. Uma marca da UNIJUÍ, e reforçada em todos os departamentos, é o tripé “ensino-pesquisa-extensão”, como um tripé que se autoalimenta. Ou seja, as ações desenvolvidas pela extensão, que liga a Instituição Universitária aos problemas reais da região, pode alimentar a pesquisa, que produz possíveis soluções que realimentam o ensino e, assim como uma espiral, é desencadeada a ação dos docentes universitários ligada aos problemas regionais, mas com a função de produzir novos conhecimentos.

Salienta-se como um ponto extremamente positivo e de função de uma Instituição Superior de Ensino, o fato de alguns departamentos possuírem publicações que objetivam divulgar resultados das atividades da pesquisa, da extensão e do ensino, realizadas pelo seu corpo docente, bem como por profissionais e estudiosos da área e, em alguns casos, também considerando a produção dos próprios acadêmicos. Exemplo disso são as Revistas “Contabilidade e Informação”, “Direito em Debate: em busca de alternativas”, “Contexto & Educação”, “Contexto & saúde”, entre outras, bem como, por exemplo, as Coleções “Fronteiras da Educação”, “Educação em Química”, “Filosofia”, “Relações Internacionais e Globalização”, “Coletânea em Saúde Coletiva”, etc.

Um aspecto relevante apresentado pelos cursos em seus memoriais, e que merece ser destacado, é a preocupação, da grande maioria, em organizar eventos que promovam a discussão de problemáticas atuais relativas a sua

área do conhecimento. Podem-se nomear como exemplos as Semanas Acadêmicas, o Encontro Regional de Educação Matemática, os Ciclos de Estudos, o Encontro de Estudos Contábeis, o Seminário Regional de Economia e Desenvolvimento, o Seminário Regional de Língua e Literatura, o Congresso Mercosul de Cultura Corporal e Qualidade de Vida (COMERCO), entre outros. Na organização desses eventos procura-se sempre envolver os acadêmicos, seja no aspecto de sugerir temáticas para as discussões, como no trabalho de organização, divulgação e execução dos mesmos.

Outro ponto a ser destacado diz respeito ao processo de reformulação de todos os Projetos Político-Pedagógicos dos cursos de Graduação da UNIJUÍ. Este processo foi desencadeado com o objetivo de atender às Resoluções do Conselho Nacional de Educação – Conselho Pleno (CNE-CP 1 e 2/2002), às Resoluções do Conselho Universitário em relação à Formação Humanística na UNIJUÍ; às normas sobre os cursos superiores de Tecnologia e em relação ao Núcleo Comum das Licenciaturas, sem perder de vista a compreensão de parâmetros institucionais que norteiam a atividade de ensino (Diretrizes Institucionais de Ensino na UNIJUÍ) e as diretrizes curriculares dos cursos superiores aprovadas pelo MEC. Vale salientar, ainda, a proposição e a implementação do Núcleo Comum dos Cursos da Área da Saúde e a formalização do Núcleo Comum das Engenharias. Em decorrência dessas reformulações e da avaliação permanente desencadeada pelos Colegiados de Coordenação de Cursos, a maioria deles propôs outras alterações buscando cada vez mais a qualificação profissional.

Cabe salientar, ainda que nas avaliações dos acadêmicos e dos professores, dos diferentes cursos de Graduação da instituição, estes identificam a necessidade de que o Núcleo da Formação Humanística passe por processos de discussão e avaliação, para que venha a atender tanto a concepção deste Núcleo quanto as demandas e necessidades dos diversos cursos, pensando no futuro profissional e na Legislação oficial de cada curso.

Outro aspecto que merece destaque foi a proposição e implantação do Programa de Formação de Professores na Modalidade de Educação a Distância. Este programa contou com a participação de 5 departamentos, resultando em 10

Projetos Político-Pedagógicos de cursos de Licenciatura para oferta em 2006. Deve-se considerar que foi uma primeira experiência na linha de formação de professores nesta modalidade de ensino, posto que os referidos projetos apresentavam uma significativa diferença em relação aos tempos presenciais e não presenciais dos acadêmicos. Além disso, o baixo número de inscritos no vestibular 2006 fez com que a instituição reconfigurasse a oferta e reavaliasse os Projetos Político-Pedagógicos dos cursos, o que está sendo realizado no presente ano.

Pesquisa

Na década de 80 a Instituição tratava a extensão e a pesquisa como política institucional indissociada. Destaca-se, nesta época, a realização de Miniseminários Internos de Extensão e Pesquisa envolvendo os participantes dos Programas/Departamentos que culminaram no Seminário Interno de Formulação de Políticas e Programas de Extensão e Pesquisa para a UNIJIÚ. Definiu-se, de forma coletiva, a política e os principais programas e linhas de Extensão e Pesquisa para os anos subsequentes.

“Em 1985, ano de reconhecimento da UNIJIÚ, a Direção de Pesquisa e Extensão da Instituição foi transformada em Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão, sendo instituído o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, no qual se encontrava a Câmara de Pesquisa/Extensão. Ao longo das discussões nessa Câmara, foi definido, como orientação geral básica para a extensão e pesquisa na UNIJIÚ, o compromisso de intervir no processo social numa perspectiva de mudança. Para tanto, foram definidos os Programas de Ação e Pesquisa desta universidade, cobrindo cinco áreas consideradas básicas: educação, agropecuária, saúde, administração e cultura”. Em 1992 houve a regulamentação do Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento da Pesquisa na Unijuí (FIPES) e ao incentivo da iniciação científica pela Fapergs e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A pesquisa deve orientar as atividades de ensino e extensão, pois se constitui como eixo articulador de ambas as atividades. Embora, em termos proporcionais, os professores da UNIJIÚ tenham mais tempo destinado ao

ensino do que à pesquisa, consideram ser a pesquisa a atividade de sustentação do ensino. Sem pesquisa não há propriamente educação e sim uma espécie de reprodução, massificação e, em certo sentido, adestramento. É a pesquisa que vincula o ensino à excelência ao exigir-lhe a produção. Por meio da pesquisa os docentes objetivam suas conquistas acadêmicas em termos da busca de respostas às indagações que atravessam seu campo teórico e seu exercício prático. Nesse sentido, a escrita, segundo Mario Osorio Marques (1984), é o princípio da pesquisa, o modo pelo qual ela se objetiva e se torna possível de compartilhar. Os artigos e os livros adquirem, assim, um poder especial de socializar a pesquisa, de possibilitar a sua ultrapassagem do âmbito regional e a conseqüente inserção em contextos mais amplos. Daí a necessária vinculação do pesquisar ao escrever e a premente exigência nos Departamentos de publicação das pesquisas, mesmo que isso implique reorganizar e rever os tempos destinados ao ensino e à extensão, pois se trata de reestruturar as atividades a partir das suas relações de dependência e implicação recíproca. A pesquisa é justamente aquilo que permite que o ensino e a extensão sejam atividades exercidas criticamente, com o fim de concretizar os objetivos contidos no Projeto Político-Pedagógico do Curso e para integralizar a função da Universidade.

A coordenação da pesquisa nos departamentos da Instituição consiste em organizar os projetos, definir os relatórios solicitados, como se dá a distribuição dos créditos de pesquisa para os docentes pesquisadores, os resultados parciais e finais dos trabalhos e participar da organização da Jornada de Pesquisa. A atividade mais significativa em termos de demanda de tempo e de trabalho se dá pela participação nos seguintes Comitês: Comitê Científico e de Ética na Pesquisa e Comitê de Ética em Pesquisa.

O Comitê Científico e de Ética na Pesquisa da UNIJUÍ foi criado pela Resolução do Conselho Universitário n 6/2000 no dia 7 de novembro de 2000, sendo um órgão de assessoramento estratégico e técnico da Vice-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão. Tem como objetivo apoiar os processos decisórios do Conselho Universitário e dos Colegiados de Departamento e au-

xiliar na definição e implantação de diretrizes gerais para a área da pesquisa, na apreciação de solicitações de apoio institucional ao desenvolvimento de programas e projetos de pesquisa e na organização de eventos da área. Neste comitê são avaliados todos os projetos de pesquisa da universidade, os processos seletivos de bolsistas, entre outras atividades relacionadas a esta área.

O Comitê de Ética em Pesquisa da Unijuí foi criado pela Resolução do Comitê Científico e de Ética na Pesquisa n 1/2, de 12 de abril de 2002 e registrado na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) vinculada ao Conselho Nacional de Saúde, em 7 de janeiro de 2004. Ele é composto pelo Vice-Reitor de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (VRPGPE), por um representante indicado em cada um dos doze departamentos da UNIJUÍ; por um representante indicado em cada uma das Coordenadorias Regionais de Saúde da área de abrangência da Universidade e por um representante dos usuários. O Comitê de Ética em Pesquisa compreende a complexidade do seu papel – a proteção dos sujeitos de pesquisa e sua participação no processo de construção de uma cultura ética-democrática para o País – por isso entende fundamental a sua consolidação na Instituição.

A UNIJUÍ vem implementando, nos últimos anos, a ideia de verticalização, que se relaciona diretamente à pesquisa e, por sua vez, à organização do trabalho nos departamentos. As atividades relacionadas à pesquisa tendem a ser desempenhadas pelos docentes envolvidos nos programas de Pós-Graduação *stricto sensu* já instaurados ou em processo de construção, fato que direciona a participação dos doutores neste processo. Persiste, entretanto, edital específico para a participação de mestres e, ainda, internamente nos departamentos, a participação de professores colaboradores como voluntários. Um dos principais indicadores de avaliação das universidades é o índice de publicações científicas. Este também é um desafio para a UNIJUÍ, tanto que a VRPGPE, junto ao Comitê Científico, está desenvolvendo estudos para uma nova política institucional para a pesquisa, que inclui alterações na forma de concessão de tempo institucional para a atividade e no redirecionamento das bolsas de iniciação científica. Para tanto, é necessário discutir nos departamentos esta nova estrutura da pesquisa e suas características.

A UNIJUÍ optou no decorrer de sua história por ser uma universidade de excelência acadêmica. Por isso, ela prioriza o desenvolvimento de programas de pesquisa, e de Pós-Graduação, atividades estas que são indissociáveis do ensino de Graduação e fundamentais para uma universidade que almeja um ensino de qualidade. Neste sentido, a UNIJUÍ tem incentivado a institucionalização das atividades de pesquisa.

O incremento nas atividades de pesquisa não se reflete no número e qualidade das publicações científicas por diversas razões, entre as quais podemos citar a deficiente política institucional de avaliação do desempenho dos seus pesquisadores em relação à produtividade alcançada. Por outro lado, o intenso envolvimento do professor pesquisador em outras atividades do departamento (ensino, extensão, administração e serviço), pode comprometer o tempo efetivamente dedicado ao trabalho de pesquisa e orientação científica e, conseqüentemente, sua produtividade em termos de publicações. A atribuição de tempo institucional aos professores para as atividades de pesquisa, é realizada somente após a aprovação do projeto pelo colegiado do departamento e pelo Comitê Científico e de Ética na Pesquisa, vinculado à Vice-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, com base na solicitação do professor e na proposta de atividades a serem desenvolvidas durante a execução do projeto.

Carece de aperfeiçoamento o processo de seleção de projetos relevantes para a Instituição e a política de cobrança e incentivo à publicação de artigos em revistas de qualidade científica reconhecidas, além do melhor dimensionamento do tempo devido/adequado para a realização das atividades de pesquisa.

As condições objetivas para a produção por parte dos pesquisadores não são plenamente satisfatórias. Uma lacuna importante sentida pelo grupo de pesquisadores refere-se às condições concretas de infraestrutura para o desenvolvimento da pesquisa. Ainda são poucos os projetos que contam com financiamento de órgãos de fomento à pesquisa; a cota institucional de bolsas de iniciação científica definida por esses mesmos órgãos de fomento, ainda é pequena para atender as demandas do Departamento nas suas diferentes áreas do saber.

Alguns departamentos ou Programas de Pós-Graduação contam com revistas próprias ou em convênio com outras instituições, com o objetivo de socializar os resultados de pesquisas. Algumas figuram no Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e em outras, apesar de esforço significativo do corpo editorial para garantir a periodicidade e o alcance das demais condições para sua indexação, constatam-se dificuldades na captação de artigos, principalmente de autores externos à instituição. Soma-se a isso os atrasos no fluxo dos artigos, seja por demora dos autores na readequação das solicitações demandadas pelos Conselhos de Redação, seja por questões operacionais relacionadas à Editora.

A preocupação com o texto didático e com a publicação dos materiais produzidos pelos docentes da instituição está presente desde o início, em 1957, na época da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ijuí, mas apenas em 1985, porém, com a consolidação da Universidade de Ijuí, foi criada a Livraria Unijuí Editora. O seu objetivo inicial concentrou-se em incentivar a produção intelectual de seus quadros, dando ênfase ao aperfeiçoamento constante do material bibliográfico utilizado nos programas de ensino, pesquisa e extensão. Em 1992 a Livraria UNIJUÍ Editora foi dividida em três setores diferentes: a Distribuidora Universitária de Livros – Unilivros –, o Serviço de Editoração e Gráfica – SEDIGRAF – e, especificamente, a Editora UNIJUÍ. Esta divisão deu agilidade aos mesmos e permitiu que, rapidamente, a Editora da Universidade se consolidasse como editora acadêmica de destaque.

Em janeiro de 2003, visando a uma melhor colocação de seus livros, a Editora retomou a distribuição de suas publicações. Vinculada diretamente à Vice-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, a Editora UNIJUÍ conta com um conselho editorial, um editor-chefe e um editor-adjunto. As suas atividades direcionam-se para o incentivo à produção intelectual com a publicação, nos padrões científicos, de livros em coleções específicas, de revistas especializadas e de diferentes textos. Entre outros, destacam-se como compromissos da Editora UNIJUÍ: a) estimular e assessorar o processo de produção intelectual no âmbito de atuação da universidade; b) definir padrões técnicos e de qualidade acadêmica para as publicações a seu encargo; c) editar livros,

periódicos, boletins e material de apoio às atividades de ensino, de pesquisa e de extensão da universidade; d) prestar serviços de editoração, de artes gráficas e de distribuição de suas publicações; e) manter relações com os distintos setores da universidade; f) estabelecer parceria e troca de experiências com outras editoras.

Extensão

A extensão é compreendida por todos os departamentos como unidade fundamental que, juntamente com o ensino e a pesquisa, constitui a base da universidade. É marca fundamental da UNIJUÍ a inserção muito forte nas atividades de extensão junto a comunidades e grupos carentes, com vistas ao desenvolvimento e à criação de condições mínimas de sustentabilidade.

A UNIJUÍ, por meio dos seus departamentos, percebe a extensão como fundamental para o desenvolvimento regional e com atividades importantes e demandas latentes que ao longo do tempo não vêm sendo atendidas.

Em função da grande diversidade de áreas do conhecimento, existem atualmente na UNIJUÍ vários entendimentos sobre o papel da extensão, além de não haver tradição de um trabalho articulado, orgânico e continuado na extensão na maioria dos departamentos. As atividades de extensão que se realizam, na maioria das vezes, atendem demandas pontuais.

O envolvimento de acadêmicos, professores e da comunidade é, sem dúvida, um dos grandes méritos da maioria das ações de extensão realizadas. Os resultados na maioria das vezes são também bastante significativos e vão ao encontro do objetivo das mesmas. O que se percebe na maioria dos departamentos é uma grande atenção aos egressos e às instituições (escolas, empresas), e os movimentos sociais no atendimento de necessidades operacionais e de reflexão.

Além disso, percebe-se, ainda, uma grande discussão e tentativas de normatização da extensão universitária e da prestação de serviços, o que devem, a curto prazo, extinguir as dúvidas geradas sobre o papel dos mesmos.

Considerações Finais

Finalizando, é importante salientar ainda que todos os departamentos da UNIJIÚ, em seus memoriais descritivos e avaliativos, convergem para o fato de que “a participação de todos (professores, acadêmicos, técnicos-administrativos e comunidade externa)” na construção integrada das mudanças necessárias na universidade, é fator fundamental. É necessário manter vivo o debate para se buscar a implementação de ações que permitam refletir, questionar e programar ações significativas na busca de viabilidade financeira, mas, acima de tudo, consolidar as áreas do conhecimento, objetivando situações interdisciplinares que se fazem necessárias nos processos de formação, buscando cada vez mais a qualificação de profissionais para o mercado de trabalho, considerando a realidade regional, não esquecendo o global, de acordo com a Missão que a UNIJIÚ estabelece em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de “formar e qualificar profissionais com excelência técnica e consciência social crítica, capazes de contribuir para a integração e o desenvolvimento da região”.

Referências

AVALIAÇÃO. *Rede de avaliação institucional da educação superior* – Raies, v. 9, n. 2, jun. 2004 (1996).

COMISSÃO Própria de Avaliação da UNIJIÚ – CPA. *Projeto de autoavaliação institucional* – III Fase. Ijuí: Ed. UNIJIÚ, dez. 2004.

_____. *Relatório parcial de autoavaliação institucional na UNIJIÚ*. Ijuí: Ed. UNIJIÚ, dez. 2005.

CORRÊA, Darcísio. Trajetória histórica do Departamento de Estudos Jurídicos da UNIJIÚ. In: *Autoavaliação no Departamento de Estudos Jurídicos (Memorial)*. Ijuí: UNIJIÚ; DEJ, 2005.

FIDENE/UNIJIÚ. *Plano de Desenvolvimento Institucional da FIDENE, Plano de Desenvolvimento Institucional da UNIJIÚ e Plano Plurianual da UNIJIÚ*. Ijuí: Ed. UNIJIÚ, 2000. (Coleção Cadernos da Gestão Universitária, 17).

_____. *Plano Plurianual da Fidene 2003 -2005 (OP/2004)*. Ijuí: Ed. UNIJIÚ, 2004. (Coleção Cadernos da Gestão Universitária, 28).

GALVÊAS, Elias Celso. *Uma nova proposta curricular* – análise das idéias do livro “Psicologia e Currículo”, de César Coll. 1999. Disponível em: <http://maxpages.com/elias/Uma_nova_proposta_curricular>. Acesso em: 25 nov. 2005.

LDB – *Lei n. 9.394*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 20 dez. 1996.

LEI n. 10.861. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências (DOU de 15/4/2004 – Seção 1 – p. 3).

MARQUES, Mario Osorio. *Universidade emergente: o ensino superior brasileiro em Ijuí (RS), de 1957 a 1983*. Ijuí: Fidene, 1984. 310 p.

MEC/CONAES. *Diretrizes para a avaliação das instituições de ensino superior*. Brasília, ago./2004.

MEC/CONAES/INEP. *Roteiro de Autoavaliação institucional* – orientações gerais. Brasília, 2004.

OLIVEIRA, Jorge Martins; AMARAL, Julio Rocha. O pensamento abstrato. *Revista Cérebro & Mente*. Disponível em: <<http://www.epub.org.br/cm/home.htm>>. Acesso em: 25 nov. 2009.

SOUZA, Bruno Carvalho Castro. *Criatividade: uma arquitetura cognitiva*. 2001. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.

UNIJUÍ. *Avaliação da pesquisa na UNIJUÍ (relatórios-síntese das discussões nos departamentos)*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997a. (Cadernos da Avaliação Institucional, 10).

_____. *Avaliação do ensino (Graduação e Pós-Graduação)*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997b. (Cadernos da Avaliação Institucional, 8).

_____. *Diretrizes institucionais de ensino na UNIJUÍ – Formação Integral: formação geral humanística e formação acadêmico-profissional na UNIJUÍ*. Ijuí: UNIJUÍ, 2000a. (Série Atos Normativos).

_____. *Estatuto e regimento geral*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1985.

_____. *Estatuto e regimento geral*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1994.

_____. *Estatuto e regimento geral*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000b.

_____. *Projeto de avaliação Institucional da UNIJUÍ – 2ª fase* – jun. 2000. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000d. (Cadernos da Avaliação Institucional, 18).

_____. *Resolução do Conselho Universitário n. 6/2000* – Organiza e regulamenta o funcionamento do Comitê Científico e de Ética na Pesquisa da UNIJUÍ. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, nov./2000.

_____. *Resolução do Comitê Científico e de Ética na Pesquisa n. 1/2002* – cria e regulamenta o Comitê de Ética em Pesquisa da UNIJUÍ. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, abr./2002.

UNIJIÚ. *Resolução do Comitê Científico n. 1/2005.*

UNIJIÚ, DBQ. *Memorial do Departamento de Biologia e Química – Avaliação Institucional.* Ijuí: Ed. UNIJIÚ/DBQ, jun. 2005.

UNIJIÚ, DCSa. *Memorial descritivo reflexivo – autoavaliação Institucional.* Ijuí: Ed. UNIJIÚ/DCSa, set. 2005.

UNIJIÚ, DCS. *Relatório parcial de autoavaliação do DCS.* Ijuí: Ed. UNIJIÚ/DCS, dez. 2005.

UNIJIÚ, DCS. *Relatório final de autoavaliação do DCS.* Ijuí: Ed. UNIJIÚ/DCS, mar. 2006.

UNIJIÚ, DECon. *Memorial descritivo reflexivo da avaliação do Departamento de Economia e Contabilidade (parcial).* Ijuí: Ed. UNIJIÚ/DECon, jun. 2005a.

UNIJIÚ, DECon. *Memorial descritivo reflexivo da avaliação do Departamento de Economia e Contabilidade (parcial).* Ijuí: Ed. UNIJIÚ/DECon, set. 2005b.

UNIJIÚ, Colegiado do DEAg. *Autoavaliação do projeto político pedagógico do curso de Agronomia e avaliação do curso de Agronomia junto aos acadêmicos do curso.* Ijuí: Ed. UNIJIÚ/Colegiado do DEAg, out. 2005/mar. 2006.

UNIJIÚ, DEAd. *Autoavaliação institucional – III Fase – Memorial descritivo e reflexivo do DEAd – ano referência 2005.* Ijuí: Ed. UNIJIÚ/DEAd, dez. 2005.

UNIJIÚ, DELAC. *Autoavaliação institucional DELAC.* Ijuí: Ed. UNIJIÚ/Delac, dez. 2005.

UNIJIÚ, DEJ. *Autoavaliação do Departamento de Estudos Jurídicos.* Ijuí: Ed. UNIJIÚ/DEJ, out. 2005.

UNIJIÚ, DFP. *Autoavaliação institucional – memorial descritivo reflexivo do Departamento de Filosofia e Psicologia.* Ijuí: Ed. UNIJIÚ/DFP, jul. 2005.

UNIJIÚ, DEFEM. *Autoavaliação institucional – memorial descritivo reflexivo do Departamento de Física, Estatística e Matemática.* Ijuí: Ed. UNIJIÚ/DEFEM, jul. 2005.

UNIJIÚ, DePe. *Relatório da Autoavaliação.* Ijuí: Ed. UNIJIÚ/DePe, nov. 2005.

UNIJIÚ, DeTEC. *Autoavaliação institucional – memorial descritivo reflexivo do Departamento de Tecnologia.* Ijuí: Ed. UNIJIÚ/DEFEM, dez. 2005.

Recebido em: 9/5/2008

Aceito em: 4/11/2008

